



Subvencionado pela Comissão Europeia, com a colaboração e o apoio da EZA (Europäisches Zentrum für Arbeitnehmerfragen)

Comunicado de imprensa

O Grupo Europeu da Pastoral Operária reuniu-se na cidade do Porto (Portugal) de 3 a 5 de outubro de 2019 para o seu colóquio anual. O tema da conferência foi **"Uma visão comum para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais? Proteção social e inclusão social"**. A partir das intervenções e trocas, a assembleia formulou uma mensagem para suas estruturas, associações membros e cristãos empenhados no mundo do trabalho.

Mensagem final do colóquio

Estamos em um momento crucial na construção europeia. A questão do Brexit soa como um aviso para a continuação do projeto. Não é apenas no Reino Unido que uma grande parte da população é cada vez mais crítica em relação ao sonho europeu.

Estamos cientes de que muitas pessoas nesta Europa foram maltratadas em sua existência por sucessivas crises e que a Europa não foi capaz de garantir a solidariedade supranacional para todos os cidadãos. Mas estamos convencidos de que, precisamente, a solução só pode ser encontrada na criação de um espaço político, condição de uma abordagem social, ao lado de um espaço económico. Este espaço deve tornar-se um espaço de solidariedade e justiça para todas as pessoas, homens e mulheres, originários do país e migrantes, cidadãos das regiões ricas ou da periferia. A perenização das conquistas da construção da Europa se baseará em um novo pacto que deve levar mais em consideração a aspiração de todos os cidadãos a uma vida boa e digna.

Para o Gepo, o ponto de partida continua sendo a importância que deve ser dada ao trabalho como elemento importante na construção da dignidade das pessoas. Por "trabalho" entende-se, por um lado, uma contribuição essencial para a comunidade, por meio de um compromisso que dá sentido e, por outro lado, uma remuneração adequada que permita uma vida digna. Nos nossos países europeus, a maioria dos direitos sociais está vinculada ao trabalho remunerado. Portanto, é ainda mais essencial que lutemos vigorosamente contra todas as formas de trabalho precário que não permitem mais às pessoas usufruir de direitos sociais elementares, um requisito mínimo para uma vida humana respeitosa. Isso também envolve medidas políticas para reduzir as desigualdades persistentes, tanto no nível internacional como nos próprios países. É escandaloso que a concentração de riqueza nas mãos de poucos esteja sendo feita às custas de um número crescente de trabalhadores que não podem mais viver com dignidade.

Nossas linhas de ação das diferentes pastorais operárias são:

- Lutar contra o trabalho indigno e contra a desumanização da economia. A economia deve servir o homem e não o contrário. Isso exige uma política ofensiva contra todas as formas de exploração no trabalho e com o objetivo de que todos possam viver adequadamente de seu trabalho e dos direitos sociais resultantes (subsídio social de desemprego, pensão, subsídio de invalidez, deficiência,...). No nível europeu, devemos fortalecer a proteção dos direitos de

todos aqueles que trabalham sob contratos atípicos. Também devemos garantir que os direitos dos trabalhadores transfronteiriços e dos trabalhadores destacados sejam garantidos.

- Associar-se a todas as organizações do mundo do trabalho para construir uma base de direitos sociais europeus. Será necessário definir um conteúdo concreto e vinculativo para que a política europeia garanta a justiça social e a solidariedade supranacional. O Gepo compromete-se a iniciar um diálogo sobre este assunto com a nova Comissão e o Parlamento Europeu.
- Estabelecer um plano de ação radical para reduzir as desigualdades de salário e a distribuição de riqueza por meio de uma política fiscal adequada. É insustentável que as empresas que hoje geram mais riqueza sejam as que menos contribuem para o bem comum.
- Os direitos sociais sendo acima de tudo direitos, pedimos o fim do assédio e da culpabilização de todos aqueles que têm direito à proteção social. Isto está em contradição com os princípios europeus de respeito pela dignidade fundamental de cada cidadão. Denunciamos que, sob pretexto de orçamento, os Estados tornam o acesso à assistência social cada vez mais complicado. A lógica da benevolência deve guiar o conjunto da política social. Isso também exige reformas para tornar a legislação social legível. A acessibilidade aos direitos sociais também requer uma simplificação administrativa.
- As taxas dos rendimentos de substituição dos direitos adquiridos (pensão, subsídio social de desemprego, subsídio de doença, prestação social para inclusão) devem ser mantidas a um nível que garanta uma vida digna, sem levar as pessoas a uma situação de pobreza. Defendemos a harmonização a nível europeu através de uma taxa única entre países: taxa de rendimento de substituição de 80%. Pedimos um grande debate sobre a questão da mudança da idade da reforma na perspectiva específica do desemprego das pessoas com 50 anos ou mais. Com demasiada frequência, estas pessoas são condenadas tornarem-se desempregadas de longa duração que, com o aumento da idade da reforma, os marginaliza ainda mais.
- Em muitos países europeus, o acesso a empregos de qualidade para os jovens é quase inexistente. Devemos renegociar um contrato intergeracional que permita aos jovens construir uma existência económica sustentável.